

**CONSIDERAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO:
A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA**

EDER HENRIQUE RIBEIRO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO:
A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA**

EDER HENRIQUE RIBEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e
Território da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Doutor Rubens de Toledo Junior

Foz do Iguaçu
2021

EDER HENRIQUE RIBEIRO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO:
A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e
Território da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Rubens de Toledo Junior
UNILA

Profª. Doutora Silvia Cristina Limberger
(UNILA)

Prof. Doutor Nelson Fernandes Felipe Junior
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 08 de outubro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor/a: _____

Curso: _____

Documento de identificação (RG, CPF, Passaporte, etc.): _____ E –

mail: _____ Fone: _____

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador: _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela doação

Dedico este trabalho a priori à população valeparaibana & brasileira. Posteriormente aos amigos e familiares que nunca me faltaram com o apoio. Uma lembrança especial aos colegas e professores da Geografia UNILA, e aos profissionais de nossa ciência.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu Professor orientador - Dr. Rubens de Toledo Junior -, sem o qual esse trabalho certamente não existiria. Não foram poucos os momentos de ansiedade e preocupação, e em todos os momentos difíceis tive o auxílio para prosseguir. Assim como os professores da banca pela oportunidade do debate. Igualmente estendo os agradecimentos à todos docentes dos cursos de Geografia da UNILA, pelo comprometimento no trabalho, sobretudo por compartilhar experiências e conhecimento. Aos colegas de curso, que, a partir da contribuição de cada um que tive contato, me fez evoluir, enquanto pessoa e desenvolvimento profissional. Grato!

*O planejamento só tem sentido como objeto não apenas pelo poder ser, mas pela vontade política de querer ser. É exatamente nesta perspectiva que o planejamento assume a sua dimensão social. **Maria Adélia Aparecida de Souza***

RIBEIRO, Eder Henrique. **Considerações sobre regionalização no território brasileiro:** A importância da indústria cervejeira. 2021. p. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso parte de um dos conceitos-chaves em toda a história da Geografia enquanto ciência: a região. Nesse sentido, com a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil na década de 1970, nos últimos 50 anos o conceito de região, pode-se dizer, além de regionalizar, diz respeito à institucionalização das regiões. Portanto, neste trabalho como um estudo de caso, o objetivo é descrever como se constitui uma região metropolitana no século XXI. O lugar de pesquisa se deu desde a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Outro objetivo do trabalho é dissertar sobre a dinâmica da indústria cervejeira na escolha dos lugares. Desse modo, alguns municípios se destacam nesse setor.

Palavras-chave: Região Metropolitana. Território Brasileiro. Indústria de Cerveja. RMVPLN. Jacareí-SP.

RIBEIRO, Eder Henrique. **Considerations in the regionalization in brazilian territory: The importance of the beer industry.** 2021. p. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

This work of course conclusion starts from one with of the key concepts in the fully history of Geography: the region. In this sense, with the institutionalization of metropolitan regions in Brazil in the 1970s, in the last 50 years the concept of region concerns the institutionalization of regions. Therefore, in this work the objective is describe how a metropolitan region is constituted in the 21st century. The local of research was the Metropolitan Region of Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Other objective of the work is describe the dynamics of beer industry in the selection of the local. Thus, some municipalities stand out in this sector.

Key words: Metropolitan Region. Brazilian Territory. Beer Industry. RMVPLN. Jacareí-SP.

RIBEIRO, Eder Henrique. **Consideraciones sobre regionalización en el territorio brasileño:** La importancia de la industria de cerveza. 2021. p. 38. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión de grado, por supuesto, parte de uno de los conceptos clave en la historia de la Geografía: la región. En este sentido, con la institucionalización de las regiones metropolitanas en Brasil de la década de los años 1970, en los últimos 50 años el concepto de región se refiere a la institucionalización de las regiones. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es describir cómo se constituye una región metropolitana en el siglo XXI. El local de investigación fue la Región Metropolitana de Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Otro objetivo es describir la dinámica de las industrias de cerveza en la selección de los locales. Así, algunos municipios destacan en este sector.

Palabras clave: Región Metropolitana. Territorio Brasileño. Industria de Cerveza. RMVPLN. Jacareí-SP.

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Cinco principais municípios que compunham o PIB da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte em 2010	23
Quadro II - Setores que compunham o VTI da RMVPLN em 2016	23
Quadro III - Regiões no Brasil, Estados e Municípios com a presença da Ambev e da Heineken em 2019	29
Quadro IV - Unidades da Ambev no Brasil em 2019	30
Quadro V - Unidades da Heineken no Brasil em 2019	31
Quadro VI - Setores que compunham o VTI estadual em Jacareí em 2016	32
Quadro VII - Participação de Jacareí na atividade industrial de SP e de suas indústrias de bebidas no Estado em 2016	33

LISTA DE MAPAS

Mapa I - Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no Estado de São Paulo	20
Mapa II - Divisão Subregional da RMVPLN	21
Mapa III - Estrutura de conectividade da RMVPLN	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEMVALE	Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
BR	Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LISS	Laboratório de Investigações em Sistemas Socioambientais
PIB	Produto Interno Bruto
RM	Região Metropolitana
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
R\$	Real
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
VTI	Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A REGIÃO E SEUS FUNDAMENTOS	16
2.1. TERRITORIALIZAR PARA REGIONALIZAR	16
2.2. REGIÕES METROPOLITANAS	17
2.3. A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	18
2.4. A RMVPLN COMO CENTRO INDUSTRIAL	21
3. A AMBEV E A HEINEKEN NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	26
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA	26
3.2. DINÂMICA DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA NO BRASIL	28
3.3. O SETOR CERVEJEIRO NO BRASIL	29
3.3.1. A Ambev no Brasil	29
3.3.2. A Heineken no Brasil	31
3.4. A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ NO SETOR CERVEJEIRO	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso parte de um dos conceitos-chaves em toda história da Geografia enquanto ciência - a região. Nisso, tem-se algumas características que apontam a dinâmica desse recorte analítico e territorial.

Nesse sentido, com a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil na década de 1970, nos últimos 50 anos o conceito de região, pode-se dizer, além do regionalizar, diz respeito a institucionalização das regiões. Fala-se, nesse cenário, em regiões metropolitanas. Para isso, o período escolhido para realização deste trabalho é o início do século XXI, isto é, as referências anteriormente aos anos 2000 servem como contextualização histórica, tendo, então, o empírico baseado nos documentos do século XXI.

Porém, tanto no âmbito das pesquisas e projetos acadêmicos, como nas autarquias e instituições de governo, para ser possível regionalizar, se faz necessário entender como se dão os usos do território que envolve as regiões. Consequentemente, um território só existe porque uma sociedade utiliza uma parte do espaço geográfico. E, na maior parte do século XX, o território brasileiro já era regionalizado.

Portanto, neste trabalho, como um estudo de caso, o objetivo é descrever como se constitui uma região metropolitana no século XXI. O lugar de pesquisa se deu desde a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) no Estado de São Paulo - que integra, por sua vez, a região concentrada no Brasil.

Posteriormente, explicadas as características regionais, é abordada a temática de um segmento da macroeconomia - a indústria cervejeira -, com o foco em um município - Jacareí-SP, da RMVPLN. Isto porque outro objetivo do trabalho é dissertar sobre a dinâmica da indústria cervejeira na escolha dos lugares de suas produções. Desse modo, alguns municípios se destacam nesse setor.

Tem-se que a industrialização na RMVPLN, com forte participação das empresas multinacionais, busca territórios que oferecem baixos custos de localização, acessibilidade às vias de circulação e boa infraestrutura.

A seguir é abordado o conceito de região e seus fundamentos, como contribuição na ampliação do conhecimento científico do território brasileiro. Com isso, vê-se que esta noção pode auxiliar o planejamento territorial. Ou seja, a discussão está indissociável da análise política do espaço geográfico.

Nesse sentido, é explicado como a ação de regionalizar dá forma ao uso do território. Dessa

maneira, entende-se as regiões metropolitanas, em recorte analítico, como demonstram a organização espacial através do desenvolvimento territorial - a exemplo do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana.

Assim, a RMVPLN, constituída neste século XXI e que desde a década de 1970 é considerada como um centro industrial paulista, conta com a autarquia estadual Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE). Em sua jurisdição, estão relatados 17 setores que compõem o Valor de Transformação Industrial (VTI) estadual, que contabilizavam cerca de 10% na participação do Estado de São Paulo em 2016.

Avançando, após a compreensão das características regionais da RMVPLN, o estudo se deu a partir de um segmento industrial e que se destaca com a participação de um município entre os 20 melhores posicionados pela Fundação SEADE¹. Trata-se da produção cervejeira no município de Jacareí. Em síntese, a pesquisa logrou, sobretudo, descrever alguns aspectos de escolha dos lugares pela Ambev e pela Heineken no território brasileiro.

Para tanto, foi feita uma breve contextualização sobre a industrialização paulista, desde sua gênese à desnacionalização na segunda metade do século XX. Inclui-se, nesse processo, as indústrias cervejeiras. Consequentemente, contemporaneamente esse segmento industrial localiza-se em todas as regiões do Brasil - a exemplo da Ambev em 19 Estados e a Heineken em 14.

Por conseguinte, as duas maiores indústrias cervejeiras estão presentes no município de Jacareí no Vale do Paraíba. E, assim, o trabalho traz o conhecimento, tanto da dinâmica sócio-territorial que envolve uma região metropolitana no país, como do setor cervejeiro nas escolhas dos lugares de sua produção. Registra-se que, como parte da metodologia científica para o trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica, documentos de autarquias, leis, elaboração de quadros e uso de mapas.

¹ Sistema Estadual de Análise de Dados.

2. A REGIÃO E SEUS FUNDAMENTOS

Região enquanto palavra tem origem na língua latina, do verbo regere (GOMES, 2000); isto é, governar. “Essa noção nos obriga a considerar a dimensão política do conceito de região e atentar, em primeira análise, para a qualidade da ação” (ARRAIS, 2012, p. 17). Pode se dizer que “regionalizar requer o poder de criar e institucionalizar regiões” (MARIA, 2016, p. 9).

Como defende Magnago (1995), a divisão regional enquanto atividade científica acadêmica deve ter como objetivo a ampliação do conhecimento científico sobre o território nacional. Entretanto, como ressalta a autora, “é também uma tarefa executada para subsidiar o planejamento, especialmente ao que se refere à definição de uma base territorial institucionalizada” (MAGNAGO, 1995, p. 65).

No Brasil, “as primeiras tentativas de criação de modelos de recortes regionais datam do início do Século XX. Desde esse período, realizaram-se muitos estudos de cunho regional, tendo sido elaboradas várias propostas de identificação de regiões” (MAGNAGO, 1995, p. 65). Segundo a Professora Maria Adélia (SOUZA, 2005), o lugar e a região são funcionalizações do mundo e é por eles que o mundo é percebido.

Nos dizeres de Gomes (2000), em um trabalho sobre o conceito de região e sua discussão, esse conceito teve implicações fundadoras no campo da discussão política, possuindo um inequívoco componente espacial, ou seja, o viés na discussão está relacionado com às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos e afins.

Como ressalta Magnago (1995), a preferência por uma nomenclatura baseada na posição geográfica das áreas é outra característica das divisões regionais adotadas, tendo sido marcante a utilização de elementos do quadro físico na identificação e delimitação das mesmas.

2.1. TERRITORIALIZAR PARA REGIONALIZAR

Um território só existe porque uma sociedade utiliza uma parte do espaço geográfico. “Assume-se que o território seja talvez uma das mais antigas instituições da história, ainda que sua extensão e seus limites possam variar no tempo. Como instituição assegura estabilidade [...] às diferentes sociedades” (RIO, 2019, p. 225; 226) E, conforme explicado por Costa (1989), as sociedades estabelecem determinados modos de relação com o seu espaço - portanto, o território nada mais é do que o espaço vital de uma sociedade

No quesito território usado pela sociedade, Xavier (2018) aponta que isso ocorre de maneiras distintas, em função das heranças materiais e imateriais de períodos passados e da forma

como se dá a divisão social do trabalho no presente, e acaba, então, por ser constituído por um conjunto de lugares diferentes e desiguais articulados entre si, com a formação socioespacial da qual fazem parte e com o mundo.

Nesse sentido, na maior parte do século XX o território brasileiro já era regionalizado. "Desde de 1940 o Brasil institui as grandes Regiões posteriormente denominadas Macro-Regiões e subdivididas em regiões, sub-regiões e zonas - estas denominadas fisiográficas" (SOUZA, 1992, p. 394). Como menciona Magnago (1995, p. 73), vale "lembrar que tanto os dados do Censo Demográfico de 1950, quanto os de 1960, foram divulgados a partir da divisão regional de 1946, utilizando-se, igualmente, para esse fim, as subdivisões das regiões em zonas fisiográficas".

Para Maria (2006) a regionalização apresenta-se como um instrumento para o Estado, que lhe permite ampliar limites e defender interesses, em especial na institucionalização de Regiões Metropolitanas (RMs). Ademais, como discutido por Cataia (2011, p. 117), "o território é a jurisdição de um Estado, a projeção espacial de sua soberania e de sua autoridade, não havendo subespaço da superfície da Terra que escape a essa racionalização". Ainda, por subespaço entende-se como região. Todavia, como já comentou Cataia (2011), o Estado territorial foi construído num lento processo histórico, durante o qual se procurou fazer coincidir os espaços político, jurídico, econômico e cultural.

E, quando se fala em território brasileiro, o que se quer trazer como entendimento, em linha com Santos e Silveira (1996), é que face a um conhecimento alheio à sociedade e ao território, haveria que opor, urgentemente, a produção de saberes voltados a apreender o lugar, o mundo, suas relações atuais e suas perspectivas, de modo a ser possível reconhecer e enfrentar as tendências que desestabilizam uma área.

2.2. REGIÕES METROPOLITANAS

Da mesma forma como as regiões no território brasileiro foram pensadas tendo alguns critérios desde o início do século XX, com as regiões metropolitanas ocorreu o mesmo. Entre os fundamentos de regionalização desse recorte territorial está a variável histórica da organização espacial, que é, ao mesmo tempo, social.

No que podemos referenciar a região metropolitana como uma unidade de organização espacial, conforme Corrêa (2000), refere-se a sua condição de economia de aglomeração - um mecanismo de natureza econômica -, aonde várias atividades juntas beneficiam-se mutuamente umas das outras, bem como esse fenômeno de concentração espacial têm a vantagem de minimizar a complexidade da organização espacial global.

Ainda segundo Corrêa (2000), no capitalismo, as regiões de planejamento são unidades territoriais de aplicação das ideias de desenvolvimento²; por isso, as desigualdades regionais constituiriam-se em um elemento a se considerar na organização social. Para Kupfer (2004), desenvolvimento econômico é mais que crescimento do nível de produto, isto é, desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural, sendo nessa perspectiva que uma política industrial deve ser pensada, acelerando os processos de transformação produtiva que as forças de mercado são incapazes de articular. Sobre essa questão, nas pesquisas de Pedrosa (2021) é possível ver como se deram alguns empreendimentos de polo de desenvolvimento no Brasil.

Destarte, fazendo um debate sobre o conceito de metropolização³, Arrais (2012) defende que esta noção gera qualificações para espaços de desencaixes nos seguintes fenômenos:

- **a)** vivência comunitária na escala das cidades, característica de espaços urbanos fragmentados;
- **b)** ocorrências de fenômenos econômicos e demográficos, como ações das firmas ou mobilidade populacional;
- **c)** demandas coletivas nas áreas de transporte e meio ambiente; e
- **d)** espaços que demandam ações governamentais compartilhadas.

Isso ocorreria como reverberação do processo de integração territorial. No caso brasileiro, para Arrais (2012), é a reverberação - mais que a polarização - o que interessa na discussão sobre metropolização; e que existe, sim, um processo de metropolização a exigir, mais do que nova forma de interpretação, um novo fazer político, o que implicaria em ressuscitar a dimensão do regime. É o que este trabalho busca demonstrar.

2.3. A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

As regiões metropolitanas começaram a existir por iniciativa do governo federal no âmbito das leis na década de 1970. Surgem com a Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. Naquele momento, foram criadas as primeiras oito regiões metropolitanas; são elas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (BRASIL, 2021).

² Conceituando a noção de desenvolvimento em perspectiva histórica, Rodney (1975) defende que, em grupo social, desenvolvimento implica uma capacidade de regular as relações, internas ou externas.

³ A metropolização caracteriza-se como um processo urbano. Para Maria (2016), se constitui numa forma de ordenar, planejar e desenvolver o território, mesmo que no interior das regiões metropolitanas sejam englobados municípios que não apresentam caráter metropolitano.

As principais funcionalidades da região metropolitana deveriam ser a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns. Além disso, o "processo de criação e organização de Regiões Metropolitanas (RMs) que anteriormente era vinculado à União tornou-se, a partir da Constituição Federal de 1988, ação delegada aos entes estaduais" (MARIA, 2016, p. 11).

Ainda, com a criação de uma região metropolitana surgem algumas instâncias que estruturam o funcionamento dessas unidades de organização espacial. Entre elas, em qualquer dos Estados da federação, instituem-se "Agências de Desenvolvimento, Fundos Metropolitanos e Conselhos de Desenvolvimento" (HENRIQUE; SOUZA; RESCHILIAN, 2017, p. 122).

Nascente já no período contemporâneo à atual Constituição Federal, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) foi instituída recentemente, há menos de uma década. Como mencionado acima, agora não mais por iniciativa do executivo federal, mas sim por prerrogativa do Estado de São Paulo.

Essa referida região paulista integra uma escala regional maior, denominada por Santos e Silveira (2006) de Região Concentrada no território brasileiro. Assim, além da Região Nordeste, de uma Região Centro-Oeste e da Região Amazônica, existe a Região Concentrada; formada pelo Sudeste e pelo Sul - esta região caracteriza-se pelo imperativo da ciência, da técnica e da informação, em que o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante.

Essa divisão regional se baseia na difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional. "Podemos então falar de uma cientifização e uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas" (SANTOS, 2014, p. 239).

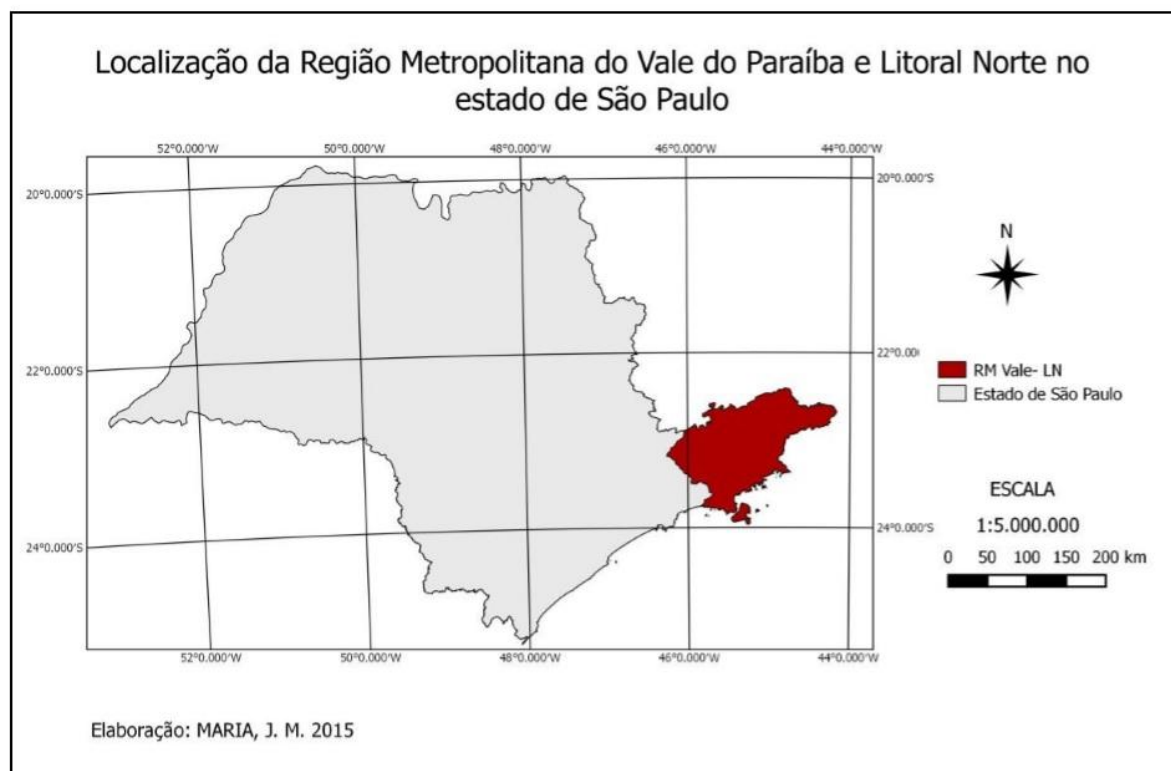
Ademais, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada com a Lei Complementar nº 1.166, de 09 de janeiro de 2012 (ESTADO DE SÃO PAULO, 2021). Trata-se de uma unidade regional do território paulista, que tem, entre os principais objetivos, que promover:

- **I.** o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
- **II.** a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;

- **III.** a utilização racional do território, dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dos bens culturais materiais e imateriais;
- **IV.** a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região; &
- **V.** a redução das desigualdades regionais.

No mapa I, abaixo, se vê a localização da RMVPLN no Estado de São Paulo.

Mapa I - Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no Estado de São Paulo



Fonte: Maria (2016)

Essa região metropolitana é a 12ª mais populosa do país, com pouco mais de 2,5 milhões de cidadãos. Os números da AGEMVALE (2021) ilustram que 98% da população regional que estava empregada trabalhava em atividades urbanas, enquanto 2% dos empregados eram de atividades agrícolas; sendo 49% no setor de serviços, 28% em ocupações industriais e 21% na área comercial. Abrange 39 municípios paulistas, em cinco subregiões. É uma região metropolitana que tem como gestora a autarquia estadual Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE).

O mapa 1I, abaixo, retirado do sítio eletrônico da AGEMVALE, traz os municípios das cinco subregiões da RMVPLN.

Mapa II - Divisão Subregional da RMVPLN

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte Divisão Sub-Regional



Fonte: AGEMVALE (2021)

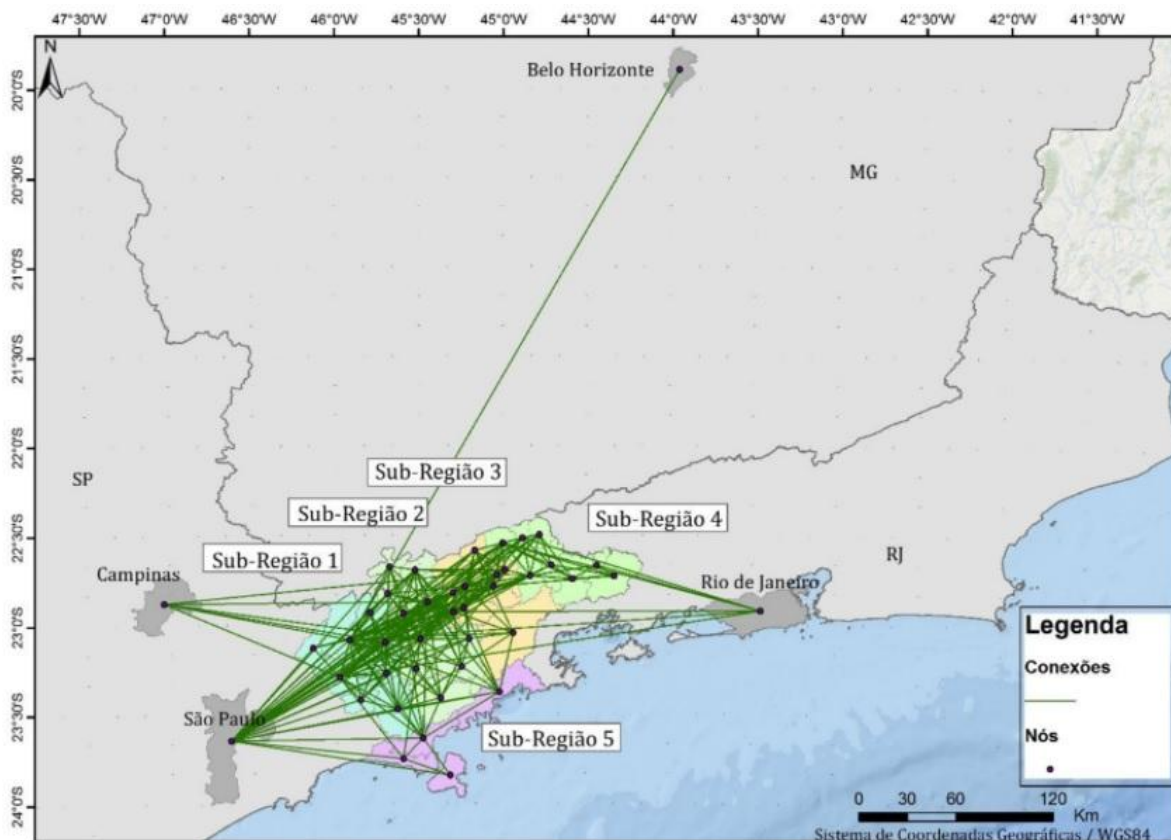
2.4. A RMVPLN COMO CENTRO INDUSTRIAL

Na década de 1970 o Vale do Paraíba já era considerado um dos centros industriais paulistas (MAMIGONIAN, 1976). De todo modo, Fonseca e Tavares (2017) já tiveram oportunidade de registrar que o processo de industrialização na região foi extremamente concentrado, gerando profunda desigualdade intraregional, isto é, poucos municípios, localizados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, concentraram para si o Produto Interno Bruto (PIB) regional e a população e, com isso, os municípios menores e menos importantes economicamente passaram a gravitar em torno desses centros, utilizando-se de seus serviços e comércios, provocando grandes volumes de movimentos pendulares para trabalho e estudo. Segundo as autoras, esta industrialização, com forte

participação das empresas multinacionais, apresentam tendência de buscar territórios que oferecem baixos custos de localização, acessibilidade às vias de circulação e boa infraestrutura.

O mapa III, abaixo, do Laboratório de Investigação em Sistemas Socioambientais (LISS-INPE⁴, 2021), ilustra a estrutura da conectividade na RMVPLN, em que se pode contemplar a rede de conexões entre as subregiões da RMVPLN, bem como a articulação entre a RMVPLN e as demais regiões metropolitanas vizinhas.

Mapa III - Estrutura de conectividade da RMVPLN



Fonte: LISS-INPE (2021)

Para Dias (2000), São José dos Campos - e subregião - foi um dos lugares eleitos pela indústria de alta tecnologia, tornando-se testemunha do surgimento de um novo poder fundado sobre o binômio ciência e tecnologia.

Ainda em relação a pesquisa sobre a geografia da atividade econômica no Vale do Paraíba-SP (FONSECA; TAVARES, 2017), foi possível sistematizar algumas informações relevantes sobre a dinâmica econômica dos 5 municípios (Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba) da RMVPLN com maiores PIB e que são conurbados pela via Dutra,

⁴ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

conforme quadro I, abaixo, que somavam 75% do PIB regional e 85% do PIB industrial, em 2010, a partir de dados que as autoras utilizaram da Fundação SEADE:

Quadro I - Cinco principais municípios que compunham o PIB da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte em 2010

Município	PIB Regional	PIB Indústria
São José dos Campos	39, 1%	44,5%
Taubaté	15, 8%	17, 2%
Jacareí	9, 2%	10%
Pindamonhangaba	7, 6%	10%
Caçapava	3, 9%	4, 7%

Fonte: Elaboração própria; citando Fonseca e Tavares (2017).

Uma observação a se levar em conta refere-se aos dados acima serem do ano de 2010, ano esse que foi o do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso, não se logrou buscar dados mais recentes, atualizando os existentes, pois será relevante se fazer isso quando ocorrer o próximo Censo, previsto para meados de 2022.

Em outro importante estudo, o “Mapa da Indústria Paulista” com seus dados com base no ano de 2016, que foi publicado pela Fundação SEADE (2021), trouxe que a RMVPLN correspondia a 9,9% do VTI estadual. Entre os vinte municípios melhores posicionados, São José dos Campos estava na 3ª posição e detinha 4,5% em sete setores industriais, enquanto Taubaté encontrava-se na 11ª posição com 1,7% em oito setores, além de Jacareí na 14ª posição com 1,3% em oito setores.

Em 2016 eram dezessete setores que compunham o VTI da RMVPLN. No quadro II, abaixo, está a descrição dos setores e os municípios que contribuíram.

Quadro II - Setores que compunham o VTI da RMVPLN em 2016

Setor	VTI Estadual	Municípios no setor
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	72,1%	São José dos Campos (56,7%); Taubaté (13,8%); Jacareí (0,9%); Caçapava (0,7%)
Metalurgia	26,4%	Pindamonhangaba (22,8%); Taubaté (2,1%); São José dos Campos (1,5%)
Derivados do petróleo	19,7%	São José dos Campos (19,4%); Pindamonhangaba (0,3%)

Bebidas	15,4%	Jacareí (14,4%); Taubaté (1,0%)
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	13,2%	Taubaté (10,3%); São José dos Campos (2,9%)
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	12,4%	Jacareí (9,3%); Taubaté (2,0%); Pindamonhangaba (1,1%)
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10,5%	Taubaté (5,8); São José dos Campos (4,7%)
Minerais não metálicos	8,6%	Jacareí (4,3%); Caçapava (4,3%)
Produtos químicos	6,5%	São José dos Campos (2,6%); Guaratinguetá (2,5%); Jacareí (1,4%)
Celulose e produtos de papel	5,6%	Jacareí (3,9%); Cruzeiro (1,7%)
Máquinas e equipamentos	3,7%	Taubaté (3,7%)
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	3,7%	São José dos Campos (3,7%)
Impressão e reprodução de gravações	2,1%	Taubaté (2,1%)
Produtos têxteis	1,9%	Jacareí (1,9%)
Borracha e material plástico	1,3%	Jacareí (1,3%)
Produtos alimentícios	1,2%	Caçapava (1,2%)
Produtos de Madeira	0,9%	Roseira (0,9)

Fonte: Elaboração própria; citando SEADE (2021).

Como se vê, os três municípios que estão entre os vinte que mais contribuem com o VTI estadual se destacam na escala regional. Assim, neste trabalho de estudo de caso, Jacareí foi escolhido devido a ser um dos que mais abrigam setores diferentes. Mas, se fez necessário, como critério de análise, selecionar um setor - e a partir de um setor específico, excetuando, então, o setor caracterizado como "outros equipamentos de transporte que não fosse veículos automotores" - em que o município se destacasse no cenário estadual. Nisso, a escolha feita pelo município de Jacareí se realizou pelo destaque no setor de bebidas, isto é, Jacareí detêm o maior percentual de VTI em um setor com característica específica no Mapa da Indústria Paulista - o de bebidas - entre os municípios da RMVPLN.

Outra questão, agora diante da realidade da RMVPLN, está na lembrança em que Castilho e Frederico (2011) chamam atenção ao fato de que, devido a crescente especialização produtiva desprovida do controle político da produção, tornam-se vulneráveis o lugar e a região, pois a lógica

de funcionamento da produção e dos fluxos que perpassam suas diferentes etapas extrapolam a região. E isso é um dilema da RMVPLN ainda hoje.

3. A AMBEV E A HEINEKEN NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O produto cerveja é conhecido no país a partir do século XVII, por iniciativa de um imigrante alemão em Recife, que trouxe equipamentos da europa para a produção (LIMBERGER, 2021). Posteriormente, no século XIX, já haviam cervejeiros no Estado do Rio de Janeiro, desde o município de Petrópolis. Da mesma forma, nesse período surgiram cervejarias no Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, agora contando também com tecnologia suíça.

Naquele momento, pela dificuldade na importação de insumos, a cevada era substituída pelo milho e por arroz - também porque a cultura do malte torna-se mais complexa, devido a questão climática do território brasileiro. Silvia Limberger relata que as primeiras cervejarias brasileiras tinham suas produções primeiro voltadas para o autoconsumo e depois para o mercado local. É de conhecimento que “as pequenas cervejarias regionais brasileiras dominaram o mercado de cerveja até a década de 1930 [...] Desde então, o setor de bebidas macro brasileiro é representado por grandes cervejarias descendentes de fusões e aquisições” (SCHAAB, 2018, p. 10)

Essas indústrias normalmente tem uma especificidade em relação ao seu segmento. Santos e Silveira (2006) denominaram de trama de fatores técnicos e mercadológicos, pois, além de também estarem associadas a produção de refrigerantes, trata-se de processos industriais que estabelecem solidariedades técnicas e organizacionais. Assim, para os autores, desde a localização até a disponibilidade de água combinam-se com opções mercantis de proximidade das áreas mais urbanizadas, uma vez que, para esse tipo de indústria, "o preço final é sensível ao custo do transporte a longa distância" (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 161).

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA

Pensando em uma periodização para a industrialização no Estado de São Paulo, pode-se iniciar a partir do Censo de 1872. Naquele período, o aglomerado desde a capital paulista era, como relatou Mamigonian (1976), dez vezes menor que o do Rio de Janeiro, tanto do ponto de vista populacional como industrial; bem como que, em 1907, ainda correspondia uma diferença de três vezes.

Em sua pesquisa, Armem Mamigonian logra demonstrar como o processo industrial paulista coincidiu com o aumento da produção cafeeira e a chegada de imigrantes europeus. Para o referido autor, "é difícil distinguir na industrialização, a parte do café daquela desempenhada pelo imigrante" (MAMIGONIAN, 1976, p. 84).

De fato, a sociedade paulista da segunda metade do século XIX não conhecia um mercado consumidor originado de um processo industrial. Ao mesmo tempo, fazendeiros da época fomentavam a construção ferroviária para escoamento da produção agrícola, do mesmo modo com o estabelecimento bancário.

Como registrado por Mamigonian (1976), entre as primeiras indústrias paulistas estavam as têxteis, principalmente em áreas algodoeiras no interior (Itú, Piracicaba, São. Luiz do Paraitinga e Campinas), para servir a sociedade local, importando equipamentos e técnicos da Europa e dos EUA. Ressalta-se que essas iniciativas tanto foram de fazendeiros como, por vezes, por imigrantes.

Não obstante, a população paulista dobrou entre a década de 1870 e o início do século XX - foi de pouco mais de 1 milhão para mais de 2 milhões. Desse modo, com essa movimentação, a sociedade paulista tornava-se cada vez mais consumidora de produtos industriais. Foi nesse momento que se tem um maior consumo de massas, banha de porco, chocolates, etc. Surgem, nesse meio, empreendimentos dos "capitalistas sem capital" - sobretudo por parte de colonos agrícolas.

Destarte, com o advento da primeira guerra mundial ocorrem alterações econômicas-sociais no Estado de São Paulo, com diminuição nas exportações de café, ocasionando um momento de crise para fazendeiros. "Paralelamente São Paulo tornou-se exportador de alimentos durante a guerra [...] As produções de cereais eram realizadas principalmente pelos colonos" (MAMIGONIAN, 1976, p. 93).

Devido a queda na exportação de café e a alta dos preços de cereais, a agricultura paulista se moderniza e o mercado consumidor urbano se consolida, favorecendo as indústrias do Estado. Dessa forma, outros ramos foram favorecidos com o processo de expansão industrial do período, aonde o retorno dos primeiros setores industriais foram aplicados em outros, como cimento e siderurgia, por exemplo.

Nessa dinâmica social, novas atividades tornam-se necessárias. Assim surgem oficinas e até fábricas de peças e máquinas. Porém, como sucintamente descrito por Mamigonian (1976), após a segunda guerra mundial, com o mercado consumidor nacional tendo adquirido tamanho considerável, ocorre a chegada das grandes corporações estrangeiras, e o complexo industrial de São Paulo é eleito como local de implantação de 80% delas, devido as condições do meio técnico - sobretudo infraestrutura - e indústrias fornecedoras. Conclui-se que esse movimento provocou desnacionalização em algumas empresas.

3.2. DINÂMICA DA INDÚSTRIA CERVEJEIRA NO BRASIL

Como visto acima, o fato industrial no Brasil, enquanto fenômeno, tem origem na segunda metade do século XIX. Dessa forma, a revolução no setor cervejeiro do século XIX para o XX se deu com o fornecimento de gelo artificial, com o advento da máquina compressora frigorífica por aqui.

Era um momento que nasciam e expandiam-se as cervejarias que viriam a dominar o segmento: a Brahma e a Antarctica. Pouco depois outras cervejarias também começaram a produzir em larga escala, à exemplo da Bavária e a Bohemia. Paralelamente no Sul existiam muitas pequenas fábricas. E Blumenau já era um centro cervejeiro, com mais de dez cervejarias instaladas no município no final do século XIX.

Contemporaneamente, no século XXI, as grandes empresas cervejeiras do país foram desnacionalizadas, com exceção da cervejaria Petrópolis. Assim, a Ambev, oriunda da fusão entre Brahma e Antarctica no ano de 2000, foi adquirida pela Interbrew; a Kaiser e a Bavaria foram adquiridas pela Femsa, vendida posteriormente para a Molson e para a Heineken; a Schincariol foi adquirida pela Kirin e depois pela Heineken. Atualmente duas empresas controlam o mercado cervejeiro nacional: a AB InBev de capital Belga e a Heineken, de capital holandês. (LIMBERGER; ESPÍNDOLA, 2019).

Feitas essas ressalvas, agora se aborda o processo de fabricação: ocorre, sobretudo, pela germinação das matérias-primas. Após a fermentação da cerveja é adicionado o lúpulo, responsável por amargar o sabor da cerveja, dar estabilidade à espuma e, também, contribui na conservação do produto.

Outrossim, o Brasil era o terceiro maior produtor de cervejas antes da pandemia (LIMBERGER; ESPÍNDOLA, 2019), atrás apenas da China e EUA. Isso se deve ao tamanho do mercado consumidor, mas, também, pelas políticas industriais de substituição de importações. Um dos fatores que concretizaram a substituição de importações, do século XIX para o XX, no setor cervejeiro, foi a alta taxa sobre as importações (LIMBERGER, 2021).

Essa indústria está localizada no segmento chamado economia de escopo (LIMBERGER; ESPÍNDOLA, 2019a), mas, também, alcança economia de escala. Assim, produz diversos produtos, tais como, além das cervejas, também refrigerantes, sucos, água envasada, destilados e energéticos. Para os autores, entre os benefícios dessa produção estão a distribuição dos produtos, na troca de bens e serviços entre unidades, bem como dos recursos humanos.

Como recentemente discutido por Mergulhão (2019), com as técnicas de fabricação já consolidadas e os produtos sendo bens de consumo relativamente homogêneos, as inovações em processos e técnicas de comercialização tornam-se importantes, assim como a necessidade de se ter diversos centros de distribuição no país e investimentos altos em propaganda. A conclusão dos seus estudos sobre os fatores de localização das indústrias de cerveja trouxeram que as escolhas se dão pela “disponibilidade de água abundante e relações com as indústrias de embalagem aliado a opções mercantis; principalmente proximidade das áreas mais urbanizadas” (MERGULHÃO, 2019, p. 441).

3.3. O SETOR CERVEJEIRO NO BRASIL

Como aponta Schaab (2018, p. 40), as grandes empresas cervejeiras "concentram sua produção em grandes fábricas, o que implica sua localização ser determinada em algumas regiões". No mais, sobre esta pesquisa de estudos de casos, deve se ter em mente que, em “alguns momentos, os circuitos de produção de refrigerante e cerveja se entrelaçam no mesmo espaço físico” (MERGULHÃO, 2019, p. 447).

Assim, atualmente a Ambev e a Heineken - respectivamente - são as duas maiores indústrias de cerveja no Brasil. No quadro III, abaixo, um resumo das regiões no Brasil, Estados e municípios com a presença da Ambev e da Heineken no território brasileiro no ano de 2019.

Quadro III - Regiões no Brasil, Estados e Municípios com a presença da Ambev e da Heineken em 2019

Empresa	Regiões	Estados	Municípios
Ambev	5	19	32
Heineken	5	14	19

Fonte: Elaboração própria, citando Mergulhão (2019)

3.3.1. A Ambev no Brasil

A Ambev está presente em todas as cinco regiões do país, totalizando dezenove unidades federativas, em trinta e dois municípios. Abaixo, no quadro IV, os Estados, municípios e regiões com unidades da Ambev no Brasil em 2019.

Quadro IV - Unidades da Ambev no Brasil em 2019

Município	Estado	Região
Manaus	Amazonas	Norte
Boa Vista	Roraima	Norte
Gama	Distrito Federal	Centro-Oeste
Cuiabá	Mato Grosso	Centro-Oeste
Anápolis	Goiás	Centro-Oeste
Goiânia	Goiás	Centro-Oeste
Camaçari	Bahia	Nordeste
Fortaleza	Ceará	Nordeste
São Luís	Maranhão	Nordeste
João Pessoa	Paraíba	Nordeste
Teresina	Piauí	Nordeste
Natal	Rio Grande do Norte	Nordeste
Aracajú	Sergipe	Nordeste
Cabo de Santo Agostinho	Pernambuco	Nordeste
Itapissuma	Pernambuco	Nordeste
Lages	Santa Catarina	Sul
Sapucaia do Sul	Rio Grande do Sul	Sul
Viamão	Rio Grande do Sul	Sul
Almirante Tamandaré	Paraná	Sul
Curitiba	Paraná	Sul
Ponta Grossa	Paraná	Sul
Petrópolis	Rio de Janeiro	Sudeste
Piraí	Rio de Janeiro	Sudeste
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste
Contagem	Minas Gerais	Sudeste
Juatuba	Minas Gerais	Sudeste
Sete Lagoas	Minas Gerais	Sudeste
Uberlândia	Minas Gerais	Sudeste

Agudos	São Paulo	Sudeste
Guarulhos	São Paulo	Sudeste
Jacareí	São Paulo	Sudeste
Jaguariúna	São Paulo	Sudeste

Fonte: Elaboração própria, citando Mergulhão (2019)

3.3.2. A Heineken no Brasil

A Heineken também está presente em todas as cinco regiões do país, em quatorze unidades federativas, e dezenove municípios. Abaixo, no quadro V, os Estados, municípios e regiões com unidades da Heineken no Brasil no de 2019.

Quadro V - Unidades da Heineken no Brasil em 2019

Município	Estado	Região
Manaus	Amazonas	Norte
Benevides	Pará	Norte
Alexânia	Goiás	Centro-Oeste
Cuiabá	Mato Grosso	Centro-Oeste
Três Lagoas	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
Murici	Alagoas	Nordeste
Caxias	Maranhão	Nordeste
Alagoinhas	Bahia	Nordeste
Feira de Santana	Bahia	Nordeste
Horizonte	Ceará	Nordeste
Pacatuba	Ceará	Nordeste
Igarassu	Pernambuco	Nordeste
Recife	Pernambuco	Nordeste
Ponta Grossa	Paraná	Sul
Gravataí	Rio Grande do Sul	Sul
Igrejinha	Rio Grande do Sul	Sul
Cachoeira de Macacu	Rio de Janeiro	Sudeste

Araraquara	São Paulo	Sudeste
Itu	São Paulo	Sudeste
Jacareí	São Paulo	Sudeste

Fonte: Elaboração própria, citando Mergulhão (2019)

3.4. A IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ NO SETOR CERVEJEIRO

O município de Jacareí está na fronteira entre as regiões metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte e a grande São Paulo, tanto indo pela rodovia Presidente Dutra (BR⁵ 116) ou pelo sistema Ayrton Senna-Carvalho Pinto (rodovia estadual paulista). Outra importante rodovia que corta o município é a Dom Pedro - que conecta Jacareí à Campinas -, ligando, assim, as regiões metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte à região metropolitana de Campinas.

No ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Jacareí teve uma população estimada para o ano de 2020 em 235.416 cidadãos. Destes, 24% estavam exercendo atividade remunerada; ainda, 33,5% da população jacareiense viviam com meio salário mínimo mensal; e, entre os trabalhadores formais, o salário médio era de cerca de R\$⁶3.800. Também, em suas condições sanitárias, 95,1 dos domicílios do município de Jacareí estavam sendo atendidos de forma adequada, e 81,3% dos domicílios urbanos estavam em vias públicas.

Jacareí detinha em 2016 participação no VTI entre os vinte municípios melhores posicionados em oito setores. No quadro VI, abaixo, a descrição desses setores, a posição que o município ocupava no Estado de São Paulo e a porcentagem que contribui ao VTI estadual no ano de 2016.

Quadro VI - Setores que compunham o VTI estadual em Jacareí em 2016

Setor	Posição no VTI Estadual	Contribuição ao VTI Estadual
Bebidas	2º	14,4%
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2º	9,3%
Minerais não metálicos	5º	4,3%
Celulose e produtos de papel	7º	3,9%
Outros equipamentos de	9º	0,9%

⁵ Brasil.

⁶ Real.

transporte, exceto veículos automotores		
Produtos Têxteis	12°	1,9%
Borracha e material plástico	15°	1,3%
Produtos químicos	17°	1,4%

Fonte: Elaboração própria; citando SEADE (2021).

Ademais, o estudo da Fundação SEADE (2021) trouxe dados interessantes que ilustram as evidências da produção de cerveja em Jacareí. Nessa pesquisa o Estado de São Paulo apareceu contabilizando cerca de 20% de participação nacional no setor de indústrias de bebidas em 2016. E, sobre esse setor em relação às atividades industriais no Estado, correspondia a 2,2%, no mesmo ano.

No quadro VII, abaixo, a participação de Jacareí na atividade industrial no Estado de São Paulo, bem como a participação do município em relação a outros municípios com atividades na indústria de bebidas em 2016.

Quadro VII - Participação de Jacareí na atividade industrial de SP e de suas indústrias de bebida no Estado em 2016

Município	Participação no Valor da Transformação Industrial de todas atividades industrial no Estado de SP em 2016	Participação no Valor da Transformação Industrial na atividade de bebidas no Estado de SP em 2016
Jacareí	14° posição, com 1,3% do total	2° posição, com 14,4% do total

Fonte: Elaboração própria; citando SEADE (2021)

Apesar do município de Jacareí ocupar a segunda posição na participação no valor da transformação industrial na atividade de bebidas no Estado de São Paulo em 2016, é o único nessa unidade federativa que têm fábricas das duas maiores indústrias cervejeiras no Brasil - Ambev e Heineken. E, em outros Estados, apenas mais três municípios estavam em condições parecidas; são eles: Manaus (AM), Cuiabá (MT) e Ponta Grossa (PR).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição da pesquisa sobre a institucionalização de uma região metropolitana logrou ilustrar como a organização espacial fundamenta o entendimento sócio-territorial a partir de um recorte analítico. Para isso, se identificou um período histórico que traz a compreensão de um processo - da criação da RMVPLN, como lugar de estudo.

Posteriormente, se possibilitou descrever alguns aspectos regionais que demonstram os usos do território nessa escala. Além disso, foi apontado como o meio técnico-científico-informacional se faz presente na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sobretudo como sua característica influência na industrialização presente.

Outro fato destacado se refere a localização estratégica, bem como infraestrutura avançada nessa área do território brasileiro. Em outras palavras, trata-se da noção de desenvolvimento territorial. Ainda, a região de estudo também é considerada um dos centros industriais paulistas.

Por conseguinte, após explicar a hipótese geral do trabalho dissertando sobre a institucionalização e apresentando algumas características da RMVPLN, outro objetivo - de caráter específico - era trazer a dinâmica industrial de um setor instalado em município da região. E chegou-se nas indústrias cervejeiras em Jacareí, aonde a produção nesse lugar de estudo se destaca em âmbito nacional.

Portanto, como este trabalho de conclusão de curso mostrou trazer como entendimento, as regiões metropolitanas estão inseridas no instrumental da ciência geográfica para análise e planejamento territorial, e assim a noção de regere à organização do espaço geográfico participa da política nacional.

Partindo dessa premissa, os usos territoriais pela sociedade tornam-se relevantes, possibilitando a participação no planejamento de diversas escalas. Nisso, são debatidos desde as necessidades dos municípios até as estratégias do Estado para a referida região metropolitana, com as prerrogativas que uma Agência Metropolitana possa ter.

Em relação as perspectivas, chama-se atenção as reverberações futuras que a instituição da região condicionará o desenvolvimento dos municípios que compõe esse território. Aonde os municípios da RMVPLN devem ter mais espaços para discussão de forma institucionalizada e planejada.

Enquanto considerações de momento - nesse início do século XXI -, chama-se atenção aos desafios e problemáticas a serem superadas que as especializações produtivas contribuem. Se de um lado formam lugares de aglomeração, por outro deixa outros à margem de melhorias em

infraestruturas e acesso aos serviços, influenciando, assim, a dinâmica social regional.

REFERÊNCIAS

AGEMVALE. **RMVALE-LN em números**. Disponível em:

https://www.agemvale.sp.gov.br/?page_id=250. Acesso em 13 set 2021.

ARRAIS, Tadeu. A escala de análise metropolitana em questão: considerações sobre o processo de metropolização. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, São Paulo, v. 24; p. 4-23, dez 2012.

BRASIL. **Lei Complementar nº14, de 08 de junho de 1973**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em 27 jul 2021.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2011.

CATAIA, Marcio. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 115-125, 2011.

CORRÊA, Roberto. **Região e organização espacial**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Wanderley. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

COSTA, Aline; NETO, Pedro; ZANETTI, Valéria. **A Região Metropolitana e suas múltiplas leituras: uma análise sobre o Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em:

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/RE_0331_0096_01.pdf. Acesso em 12 set 2021.

DIAS, Leila. Redes: emergência e organização. In CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto; GOMES, Paulo. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Complementar nº1.166, de 09 de janeiro de 2012**. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em 27 jul 2021.

FONSECA, Maria; TAVARES, Sara. **A geografia da atividade econômica no Vale do**

Paraíba-SP. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16183>. Acesso em 27 jul 2021.

GOMES, Paulo. O conceito de região e sua discussão. In CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto; GOMES, Paulo. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HENRIQUE, Marco; SOUZA, Adriane; RESCHILIAN, Paulo. Notas sobre as políticas territoriais no Brasil e a institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 11, n. 26, p. 118-131, mai 2017.

IBGE. **Estados e Cidades: Jacareí**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jacarei/panorama>. Acesso em 26 jul. 2021.

IORIS, Antônio. Os limites políticos de uma reforma incompleta: a implementação da lei dos recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-85, mai 2008.

KUPFER, David. Política industrial. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 91-10, 2004.

LIMBERGER, Silvia; ESPÍNDOLA, Carlos. A desnacionalização da indústria cervejeira no Brasil: da reestruturação produtiva aos movimentos de fusões e aquisições. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 148-164, ago 2019.

LIMBERGER, Silvia; ESPÍNDOLA, Carlos. Análise geoeconômica das estratégias produtivas das grandes e pequenas empresas cervejeiras no Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 1-20, jul 2019a.

LIMBERGER, Silvia. **O setor cervejeiro no Brasil: gênese e evolução**. Disponível em: <https://seer.furg.br/cnau/article/view/4769>. Acesso em 20 ago 2021.

LISS-INPE. **Nota Técnica n.1 - Desafios para o enfrentamento da Covid-19 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN): Análise integrada da conectividade regional, da vulnerabilidade dos municípios metropolitanos à pandemia e do modelo epidemiológico de espalhamento da Covid-19 na MetrÓpole Regional**. 1 ed. São José dos Campos: INPE, 2020.

MAGNAGO, Angélica. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, mar 1976.

MARIA, Jéssica. **Região e Regionalização: Estudo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: UNESP, 2016.

MERGULHÃO, Amanda. As indústrias de cervejas e refrigerantes e suas participações no processo de integralização do território brasileiro. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 437-450, jul 2019.

PEDROSA, Breno. **A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2348>. Acesso em 23 ago 2021.

RIO, Gisela. Há espaço ideal para a gestão de água? **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 220-238, 2019.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Coleção de leste a oeste. Lisboa: Seara Nova, 1975

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 18, p. 5-17, jul 1996.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHAAB, Luana. **Localização das microcervejarias no Brasil e no Paraná**. Dissertação de Mestrado em Economia - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Maringá: UEM, 2018.

SEADE, Fundação. **Mapa da Indústria Paulista: 2003 - 2016**. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/MapaIndustria_abril2019.pdf. Acesso em 12 set 2020.

SOUZA, Maria. A explosão do território: falência da região? **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 22, n. 43, p. 393-398, 1992.

SOUZA, Maria. O lugar como resistência. In DIAS, Clímaco; SILVA, Maria; TOLEDO JR, Rubens. **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o lugar fundamentando o período popular da história**. 1 ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005.

XAVIER, Marcos. Lugar, pluralidade de existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, 2018.